|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

Aos vinte e três dias de abril de dois mil e dezesseis reuniu-se o Conselho de Administração do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, para a Reunião Ordinária ocorrida à Rua Espírito Santo Nº 495 - 4º andar – Plenário - Centro de Belo Horizonte. Participaram os seguintes Conselheiros titulares e suplentes: Presidente do Conselho de Administração, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, **Nalton Sebastião Moreira da Cruz**; Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas**, Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, **Altamir de Araújo Roso Filho**; representado pelo **José Guilherme Ramos**; Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças da Semad**, Fernanda Roveda Lacerda Costa**; Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Igam, **Breno Esteves Lasmar**; Diretor de Planejamento e Regulação do Igam, **Marley Caetano de Mendonça**; Assessora de Planejamento da Semad, **Natália Milagre Razan**; representante de notório saber indicado pelo Governador, Patrícia Helena Gambogi Boson; Representantes dos Servidores do Igam - **Maria Regina Cintra Ramos**, titular; **Michael Jacks de Assunção**, suplente; Representantes das Entidades Civis Ambientais - **Alice Lorentz de Faria Godinho**, titular; **José Castro Procópio**, suplente; Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos **- Paulo Emilio Guimarães Filho**, titular; **Carlos Alberto Santos Oliveira**, Suplente; Representantes das Entidades Técnico-Científicas – **Wilson Akira Shimizu**, titular; **Carlos Alberto de Freitas**, Suplente. Na qualidade de convidados participaram as seguintes pessoas: **Célia Maria Brandão Fróes e Regina Greco**. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** O Secretário Nalton agradeceu a presença dos Conselheiros, esclarecendo que essa é a primeira reunião ordinária do Conselho de Administração em 2016, e que será empossado o novo conselho porque o mandado anterior termina com o mandato do Governador. **2) POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS.** Assim sendo, o Presidente do Conselho deu posse aos membros natos e aos designados que procedera a assinatura do Termo de Posse. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) EXAME DA ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 23 de dezembro de 2014**. Ata aprovada com abstenção de Wilson e de Alice Lorentz. Foi aprovada a inversão da pauta do item 5 para o item 9. **9) RETORNO DO PEDIDO DE VISTA. DELIBERAÇÃO SOBRE RECURSO DA AGB PEIXE VIVO CONTRA DECISÃO DA DIRETORIA GERAL DO IGAM, RELATIVO À GLOSA DE RECURSOS UTILIZADOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO 137101041410.** Breno Esteves Lasmar fez uma breve contextualização dos fatos, sendo que já havia elaborado resumo executivo, que foi disponibilizado como material de apoio para essa reunião. **Patrícia Boson** *“Vou pedir a permissão dos Senhores Conselheiros para descrever um pouco, para fazer um pequeno desabafo, porque eu acho que é importante para o cenário sobre o qual o tema se assenta. O primeiro deles seria um desabafo sobre uma certa frustação profissional. Para fazer esse desabafo eu preciso dar um dado pessoal meu para ficar muito claro que eu estou aqui nesse desabafo não querendo diminuir nenhuma formação profissional. Eu sou esposa de desembargador de Estado, sou filha de um jurista, sou sogra de uma procuradora do tribunal de contas do Estado e sou mãe de um grande advogado. Não estou aqui diminuindo nenhuma profissão. Mas eu não posso deixar de* ***DEIXAR*** *muito claro registrado, a minha frustação durante esses mais de 30 anos na área de meio ambiente e recursos hídricos, onde eu vejo a função de engenhar perder espaço para a função de normatizar. Cada dia mais o engenheiro ambiental, e aí torno a explicar engenhar no sentido de engenharia, fazer gestar e não na formação da engenharia. E cada dia mais a questão ambiental é menos do biólogo, é menos do geólogo, é menos do engenheiro, é menos de qualquer técnico cientifico e cada vez mais do advogado. Nas empresas os profissionais mais bem pagos na área de meio ambiente é o advogado. Porque ele vai às reuniões que antes eram discussões claramente técnicas sobre a melhor técnica para preservar a vegetação ou para contornar o impacto ambiental, lembro-me disso muito bem, na época que a Semad era ali ainda na Prudente de Morais, e hoje a discussão é entre o artigo tal, a norma tal, o jeito de burlar, o jeito de interpretar e o jeito de fazer. Então quer dizer, isso causa-nos uma frustação absurda. A forma é muito mais importante do que o resultado. Não importa o resultado ambiental, não importa o resultado pra gestão de recursos hídricos. Se não obedeceu a forma está incorreto. Isso é muito frustrante, eu inclusive estou agora em campanha pra ver se os conselhos profissionais, CREA, de Biologia e tudo, não tente resgatar esse espaço que nós perdemos paulatinamente, tanto pra gestão ambiental, tanto para gestão de recursos hídricos. Quero aqui citar um exemplo, que pra mim é ícone, e fico até lamentando porque é uma herança passada, não tem nada a ver, secretário com a administração atual, pelo contrário. Inclusive o Secretário Geraldo tem se empenhado profundamente pra resolver o problema. Mas não posso deixar uma questão ícone. Desde 2009, senhores estamos em 2016, uma empresa tenta regularizar, ou seja, coisa de interesse do órgão ambiental, que é ter o empreendimento regularizado, tenta regularizar uma PCA de 60 anos e outra de 80 anos e não consegue. Não consegue porque não atende ao artigo tal, não sei o que tal, que exige audiência pública, todos já morreram, por óbvio, que uma tem 60 e outra tem 80 que está implantada. Não resolveu porque exige agora pauquera que vem da lei 2012 e o pedido foi em 2009, ou seja, os gestores ambientais da URCs não estão fazendo gestão ambiental. Estão lendo leis, normas, estão verificando se o carimbo está no lugar certo, se a assinatura está posta da maneira correta. Porque eu pergunto? Qual é para o bem ambiental é ter essas PCHs licenciadas, regularizadas ou ficar obedecendo a normas? Então isso está muito frustrante. Eu fico assim, realmente desgastada com relação a essas questões. Outro ponto que faz parte desse cenário e um desabafo é o desproporcional sistema de controle desse país, em relação ao sistema executor. É um absurdo o que esse país vive. Eu não acredito que nenhum dos Senhores, que estão estão nas Secretarias ou órgãos, durmam sossegados diante do excesso de controle que vocês têm de fazer. Vocês não decidem por medo. Deixam de fazer coisas que precisam ser feitas por medo. Ficam morrendo de medo de serem chamados dez, quinze, vinte anos depois e aí não faz. Nós temos um sistema gente, em que quem faz está sujeito a erros, porque só erra quem faz, quem faz está sujeito a erro dez a quinze vezes mais do que quem só está ali pra achar pelo no ovo. A função do sujeito com salários acima de 20, 30 mil reais é achar coisa errada em quem fez. Ele não tem outra função, então para se justificar ele acha, acha. Porque não. Eu ganho 30 mil pra achar coisa errada em quem fez, eu vou achar coisa errada. É claro que vou. Basta olhar com lupa. É claro que eu vou achar. Então isso está virando também um caos. Um absurdo. Ninguém consegue fazer mais nada nesse país. Os congressistas têm de olhar com cuidado essa questão. Isso ficou de uma maneira tão desproporcional, tão absurda, que a gestão pública está totalmente engessada. Eu assisti a uma palestra em que um estudioso disse* *que o ministério de meio ambiente gasta com cada um de seus técnicos, isso antes de remeter a resposta para a AGE, quase sessenta por cento do tempo respondendo a quesitos do ministério público. Ao invés de fazer gestão ambiental, fica respondendo a quesitos do Ministério Público. Hoje lá melhorou porque eles remeteram a resposta para a Advocacia Geral da União. É o que aqui deveria ser feito também. Para poder deixar os engenheiros, os biólogos, os geólogos fazerem gestão ambiental. E não gestão de normas, gestão de carimbos, gestão de assinaturas e seja lá de que lado que for. Então dito isso, esse é o cenário que tudo isso aqui foi posto. Esse é o cenário. Não importa se o combustível foi usado para gestão da bacia hidrográfica, isso não tem a menor importância. O que importa é que a rubrica X não está de acordo com o carimbo Y, não está de acordo com a assinatura Z. É Isso é que está importante. Porque ficou tão claro e evidente que não houve por parte do poder pública nenhuma desconfiança sobre o mau uso desse recurso, que ele continuou pagando*. *Você não empresta dinheiro pra quem você desconfia que está usando mal ou que está usando errado, senão isso é improbidade administrativa. Se eu, administrador público, sei que você está usando mal o meu dinheiro, se eu* *continuo te dando dinheiro, é por que eu estou agindo de má fé. Então com a certeza disso foram os repasses. E não importa se isso normalmente, formalmente legalmente pode ser feito. Eu falo sobre a questão material. Se eu continuei te repassando, e porque eu tenho a certeza de que não houve desvio. Não foi má fé. Não foi mal utilizado esse dinheiro. Tenho a certeza disso. Houve foi erro de rubrica, erro de administração, erro de forma e não erro efetivamente de má fé e de conteúdo então é sobre isso que nos estamos falando. Eu chamo a atenção de tudo que o Breno já falou, e eu então não vou repetir, os nossos argumentos fundamentais, eu queria chamar a atenção de alguns dados aqui, nós estamos falando de uma despesa de cinco mil reais. De uma gestora que trabalha por ano com 33 milhões de reais. Uma gestora que aplicou, nesse mesmo ano que recebem 33 milhões de reais 27 milhões de reais. Então nós estamos falando de 5 mil reais. Isso é um erro de forma, não é um erro de conteúdo. Porque quem trabalha com 33 milhões de reais, vai fazer má fé em relação a 5 mil? Tendo a oportunidade de mexer de má fé com 33com 27 milhões? Então não é erro de material, é erro de forma simplesmente. A Peixe Vivo já recebeu até hoje 188 milhões de reais para poder trabalhar, desde o dia em* *que ela foi instituída, 188 milhões, já empenhou 90 milhões, e recebeu a nota 9,9 em 10 da agencia nacional de aguas, pela forma como ela conduz e aplica o seu dinheiro. Então nós estamos falando de uma burocracia equivocada e que a mim me parece, sabiamente já corrigida por esse governo, Secretario. Na medida em que retornou para os órgãos ambientais a administração financeira. Deu a ele o próprio controle. Porque se eu vou analisar uma coisa que eu não entendo, eu vou exigir na forma da lei. Se eu for analisar uma coisa que eu sei como é que trabalha, eu vou saber exatamente do que é que estou falando. Não vai ser um processo burocrático simplesmente, mas vai ser um processo analítico inteiro. Eu vou tratar do conteúdo e da forma ao mesmo tempo. Se esse sistema de controle fosse inteligente, nós não estaríamos com as manchetes de jornais hoje postas. Nós teríamos outras manchetes de jornais. Eu vou até repetir* *aqui uma frase do rei da desburocratização, que é o Bresser: “Quanto mais burocracia mais controle, mais corrupção pela busca de saída não ortodoxa para conseguir facilidade onde existe dificuldade. O controle está é na transparência e não no é jeito de fazer, é na publicação dos atos, e na forma de acessar quem está fazendo, o que. Está é na transparência, o controle não está no burocrata, não, está é na transparência”. Outra coisa eu queria chamar a atenção desse ponto é: diante de um volume de dinheiro tão grande que a AGB Peixe Vivo trabalha, a pergunta seria? Porque não* *paga logo esses 5 mil e vamos acabar com isso? Nós vamos referendar a forma equivocada, nós vamos dar valor a um recibo, a um jeito de apresentar, é não o que efetivamente foi feito. Nós vamos colocar sob judice pessoa que sabiamente todo mundo sabe muito bem o quanto se dedica para aquela bacia, tanto trabalha em prol daquela bacia, ás vezes sem atitude do próprio órgão na medida em que apesar disso ele continuou repassando dinheiro, depois desses processos, tanto tempo depois. A gente não pode aceitar. E termino fazendo uma pergunta. Eu gostaria de saber se a resolução ou a aprovação pelo CERH de uma medida em que até retroagiu sobre a forma de apresentação de contas relativo adiárias ou não sei bem o que, não já responde ou não dá guarida para essa questão que estamos discutindo aqui? E faria um pedido Secretário: Que a secretaria trabalhasse numa norma, e aí eu sou engenheira, não sou advogada, das poucas da família, a maioria é; uma* *norma em que regulamentasse a relação cobrança, entidades de legatária, delegação, repasse de dinheiro e aplicação de dinheiro da cobrança. Não é possível que a gente siga essa 866 sabidamente burra, até sob o ponto de vista sustentável horrorosa; estou tentando até melhorar a condição de se fazer licitação sustentável pela 866 é impossível fazer licitação sustentável. Você não pode comprar bens e produtos sustentáveis em detrimento de ferir 866, enfim, é uma lei sabidamente burra. A entidade é delegada a ela porque ela é de direito privado, se for pra ela fazer igual o publico faz, a delegação é só um pulso transacional a mais, você só delega, porque lá você pode fazer diferente. Era necessário ter uma norma para dar segurança e sossego para vocês de que esse repasse seja* *realmente repassado para uma entidade privada para ela privadamente aplicar. E isso não quer dizer que é sem controle, com os controles devidos, a partir da transparência, participação dos comitês, que ficam ali em cima, vendo como as coisas são aplicadas, etc., etc. Então eu peço encarecidamente a todos os conselheiros que aprovem o nosso pedido de vistas e que não aprovem essa glosa, por conta de que pra mim, isso que nós estamos fundamentando e sustentando todo conceito do sistema de gestão de recursos hídricos, hoje responsável pela aplicação do dinheiro da cobrança pelo uso da água, sem riscos de contingenciamento. É uma coisa que as pessoas não sabem: se o dinheiro for público numa situação de* *carência financeira, feito a que nos estamos vivendo agora no poder público o contingenciamento é automaticamente feito. E aí o dinheiro não vai para a bacia. Estando com as agencias privadas esse dinheiro mesmo que não seja aplicado naquele ano, ele fica lá no banco, rendendo para ser aplicado em um momento oportuno. É disso que estamos falando. Então ao desconsiderar, desqualificar, desrespeitar uma delegatária, o que nós estamos fazendo é colocar em risco uma aplicação direta na bacia hidrográfica, como está sendo feito hoje pelas de legatárias. Que fica salva do contingenciamento, e fica salvo daquela coisa do ano que passa, quando não se aplica tem que voltar para o tesouro público. A única forma é essa. Os legisladores da Lei 13.199 e 9.4, mais da 13.199, não é Dra Fátima? porque foi ela que previu em lei a delegatária. A 10.881 veio muito tempo depois da 13.199, eles foram brilhantes em relação a isso.* *Quer dizer, se a cobrança não é um imposto, é uma coisa decidida em colegiado, o colegiado é que aplica. E o salvo dessa questão são as delegatárias. Enfraquecer as delegatárias, admitindo hipótese como essa, é dar um tiro no sistema de gestão de recursos hídricos, tal como está posto. Precisa de aperfeiçoamento, como a lei e a norma que estamos pedindo aqui, sim precisa de outros aperfeiçoamentos como garantia de manutenção dos comitês, maior institucionalização dos comitês dentro da máquina pública, sim. Mas nós já estamos num caminho muito avançado. E uma aprovação de glosa feito essa é um retrocesso, é um enfraquecimento, a um modelo que eu acredito, e que eu acho que muita gente acredita que eu acho estar dando certo, dando boas respostas para a gestão de recursos hídricos em Minas Gerais e no País. “É isso, obrigada.”* **Maria de Fátima** responde ao questionamento sobre a norma aprovada no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, não se aplica no presente caso, por se tratar de convênio, e aquela norma específica foi para tratar da análise de prestações de contas dos contratos de gestão. Segundo ponto importante é o que trata da regulamentação do artigo da Lei 13.199, no que diz respeito à questão das agências e entidades equiparadas. É uma lacuna identificada nessa Lei e o Igam está trabalhando internamente nesta questão. O Dr. Breno Lasmar que é o responsável pela área, já apresentou uma proposta, que está sob minha análise. Diz que espera que esse decreto consiga abarcar nossas expectativa porque acreditamos como Igam é o SEGRH funcionando com todos seus entes: entidade gestora, Igam, Conselho, as agencias ou entidade equiparadas, que representam nosso poder descentralizado e participativo nas bacias. Consolidada, a proposta deverá ser submetida à análise da à CTIL e posteriormente essa minuta será encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para sua aprovação.

**Carlos Alberto**- da Federação da Agricultura – Fala que também pediu vistas. A primeira delas é o seguinte: são 4 prestações de contas, 3 foram aprovadas, a última foi glosada. Diz que participou dos trabalhos desenvolvidos na bacia do rio Pará, que não devemos perder de vista que estamos tratando de comitê de bacia hidrográfica, entidade que infelizmente em Minas Gerais não atingiu o ponto que gostaríamos. Minas Gerais tem uma dívida de sangue do CBH. Fala que tomou conhecimento que o comitê do rio Paraopeba não tem plano de bacia e tantos outros, que os comitês de bacias estão longe do ideal que a gente imaginou com a lei das águas e a lei estadual. Quem conhece a Regina Greco sabe que ela é aplicada nesse aspecto, e vi o trabalho que ela fez para estabelecer aquela discussão na cobrança pelo uso da água. Diz que fica perturbado quando ele vê utilizando um excesso de burocracia absolutamente dispensável, Então por essa razão eu peço que votem pela aprovação do nosso parecer de vistas. **Alice Godinho** – Movimento Pro Rio Todos os Santos e Mucuri e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Mucuri. Diz que a fala da Patrícia veio me trazer uma alegria imensa porque ao chegar nesse Conselho minha preocupação em acabar com o excesso de burocracia existente nesse país, nesse estado que está atrapalhando as pessoas de se dedicarem ao trabalho fundamental. O respeito que eu tenho pelos conhecimentos e pelo fervor que a Patrícia tem, me dá uma satisfação enorme de termos a mesma ideia a respeito de assuntos tão importantes pra todos nós. E agora com a fala do Carlos Alberto eu gostaria também de aprovar a proposta da Peixe Vivo. Conselheiro **Wilson Shimizu** – Representante das instituições de ensino técnico cientifica. Parabeniza a Patrícia pela sua exposição em defesa do bom funcionamento do nosso sistema, porque eu venho debatendo sobre isso temos tidos desvio de foco nas nossas atividades, nos nossos programas, dos nossos órgãos e a gestão dos recursos hídricos tem perdido a efetividade. Acho que a Patrícia foi no ponto, a gente pega nos detalhes mínimos, mais rigorosas do que está escrito na lei e perde o foco da finalidade. Porque existe o sistema, quais são as tarefas que estão colocadas, e a gente não consegue avançar. Conversava com a Dra Fátima, de que isso reflete também nos comitês. Na medida em que órgão gestor não tem, ele perde a capacidade técnica, se atrapalha nessas questões para poder tocar o seu dia a dia perde a capacidade de fazer a gestão, de dirigir, de orientar os comitês, de estimular. E aí nós temos uma realidade que o Carlos acabou de falar, quase todos os comitês já com mais de uma década, sem plano, cobrança e enquadramento. Solicita que constasse na ata, literalmente essa fala da Patrícia. Acolho o recurso da AGBPV. O **Presidente** assegura que a transcrição será feita. – **Procópio** – Instituto Guaicuy, agradece a Patrícia pela sua fala. Eu chamo muitas vezes a gestão pública de gestão por relatório. Infelizmente tem sido isso. Calhamaço de fotos, de árvores bonitamente plantadas e cinco anos depois vai lá não existe nenhuma. Só existe uma entidade delegatária, porque o estado não cumpriu sua função. Fala do mau uso do recurso público criou um tal FHIDRO, porque é assim que a gente vê fora dos órgãos de gestão. Pergunta o que aconteceu com o dinheiro e também do contingenciamento do recurso da cobrança e dos atrasos do repasse que aconteceu de várias formas e que agora regularizou. Fala que o comitê do Velhas está mais avançado ao atender o ao chamamento da lei de recurso hídricos e criou os subcomitês. **Michael** suplente representando os servidores do Igam, dá os parabéns para Patrícia pela sua fala, alega que os analistas do IGAM, não pegam simplesmente a prestação de contas sem saber do que está tratando. Eles são capacitados para isso e que esse processo seguiu um rito institucional. Ressalta que esse 5 mil e pouco foram gastos com despesa em combustível para abastecer doze carros diferentes. Alerta de que deve-se tomar o cuidado para esse conselho não se tornar uma instancia para se burlar a legislação, Porque foi comprovado por analise técnica e jurídica que não houve contratação dessa despesa. E ele, pede a manutenção da decisão da diretoria do IGAM, de manter a glosa. **Patrícia Boson** rebate essa fala dizendo *que ninguém aqui está propondo fazer coisas ilegais. A proposta é interpretar a lei dentro da razoabilidade em que deve ser interpretada uma lei burocrática. Ninguém está propondo ser ilegal, e ninguém está se propondo ser membro de um Conselho para referendar ilegalidades. Acha inclusive, que isso ofende as pessoas que aqui foram convidadas voluntariamente para participar desse Conselho*. **Célia Fróes** – Diretora Geral da AGB Peixe Vivo - se manifestou fazendo breve narração dos fatos. Parabeniza o Igam pelo resumo que foi feito. Fala que a Peixe Vivo é entidade equiparada para exercer as funções de agência do Comitê do Pará Que em 2011 receberam recursos do IGAM, via FHIDRO para fazer a secretaria executiva do comitê. E com esse recurso, nós demos condições ao comitê de se operacionalizar. Em uma parceria muito boa entre o IGAM, o comitê e a agência, partiram para fazer mobilização para implementar a cobrança na bacia. Foram mais de 40 reuniões, que a presidente do comitê vai ter a oportunidade de falar, e ao longo de 2011 e 2012, primeiro semestre de 2012. Para que essas reuniões ocorressem, nós fizemos um, contratamos o serviço de um posto de combustível.

Se teve erro foi formal, o plano de trabalho e o objetivo maior que era a mobilização foi cumprido. Pede que os Conselheiros aprovem o recurso, que aprovem com ressalvas, para que no futuro não repita esses erros de forma. **Regina Greco** alegou que não houve desvio de dinheiro, ou de recurso público. Muitas das reuniões ocorreram dentro da própria cidade de Divinópolis. Afirma que a moto, as camionetes e veículos particulares não somam doze veículos, somam no máximo cinco, seis veículos. O que realmente a preocupou muito foi de que o formato da apresentação da papelada, dos relatórios, era de uma forma. E de repente, nessa prestação de contas criou-se outra forma, mas não comunicaram essa forma. Fala que o objetivo maior foi atendido e que o contrato de gestão já foi aprovado desde junho de 2014 e aguardando o Igam firmar o contrato para iniciar a cobrança na bacia do rio Pará.

**Michael** alegou que quando disse que esse Conselho pode virar um palco de burlar a lei, o que tentou dizer é que esse assunto caberia ao ordenador de despesa, não sabe se teria que chegar até aqui para ser deliberado. Disse que sua maior preocupação é disso se tornar corriqueiro. Colocada a matéria em votação foi aprovado o recurso da AGB Peixe Vivo, com um voto contra e cinco abstenções. Abstiveram-se de votar Maria Regina, Marlei Caetano de Mendonça, Breno Esteves Lasmar, Fátima Chagas, Fernanda Roveda. **Patrícia Boson** solicita o registro de seu voto em ata: *‘‘A favor do recurso e desse recurso eu não posso admitir, quero que isso fique registrado em ata, que eu estaria aqui para fazer o papel leviano de ficar abrindo exceções e aprovando qualquer coisa que vier na minha mão. Isso aqui foi muito bem discutido, muito bem analisado e muito bem defendido. Eu não vou admitir ilações a respeito do meu caráter.”* **Natalia** pede registro de sua fala“Diz que como assessora de planejamento vota em manter a glosa. Fala que não consegue entender o ponto de vista de tudo que falou, mas que estudou 4 anos de administração pública, que não é nem engenheira ou advogada, mas não pode furtar dos deveres de servidora”

**6)** **APRESENTAÇÃO DO EXERCICIO FINANCEIRO DO IGAM EM 2014 7) APRESENTAÇÃO DO EXERCICIO FINANCEIRO DO IGAM EM 2015 8) APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE 2016. Fernanda Roveda** fez uma apresentação do exercício financeiro do Igam relativo a 2014 e 2015. Considerando que na reunião de 2014 o mês de dezembro não foi aprovado, foi apresentado novamente o ano de 2014 e o de 2015. Em 2014 o Igam totalizou quatorze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e sessenta e seis reais, e o recurso da cobrança pelo uso da água, foram trinta milhões e sessenta mil. Respondendo a indagação de Patrícia Bóson, **Fernanda** explica que a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, 50 % é para o FHIDRO, 50% para o Sistema Estadual de Meio Ambiente. A SEMAD faz essa distribuição, e aloca conforme a necessidade de cada órgão. Foi destinado ao IGAM, no orçamento quatro milhões e setecentos. Foi solicitado pela Conselheira **Patrícia Bóson** que se registrasse em ata a sua observação: “*Que em média, uns sessenta milhões arrecadados, dos trinta milhões, só quatro foi para a gestão de recursos hídricos. E o recurso chama: Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Que fique registrado.”* **Fernanda** explica que esse recurso só é vedado a utilização para pagamento de folha e de dívida, portanto, esse recurso está sendo destinado para o Sistema Estadual de Meio Ambiente. **Moacir** sugere que nas próximas reuniões não se coloque trinta milhões, senão a leitura fica equivocada. Mediante essa observação é importante destacar: sessenta milhões que foram arrecadados, trinta para o FHIDRO, trinta para o SISEMA. E dentro desses trinta somente cinco para o IGAM. Que os recursos recebidos pelo Igam é cinco milhões e não trinta. **Fernanda**, explica que são coisas distintas. Cobrança pelo uso da água é distinto da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Para esse ano, foi separado do orçamento do Igam, do orçamento da cobrança. A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS é recurso arrecadado pela União e transferido aos Estados pelas áreas inundadas para geração de energia elétrica. ***Patrícia*** *– A informação é relevante pelo seguinte: O Estado de São Paulo que tem valor absoluto maior que o nosso. 100% do recurso é para os recursos hídricos 100%. Aqui, 50% é para a SEMAD, os outros 50 só Deus sabe. 50 são para a SEMAD, desses 50 a SEMAD destina menor parcela para a gestão de recursos hídricos. Então eu estou falando é: Estado de São Paulo valor absoluto muito maior. 100% é para a gestão de recursos hídricos. Aqui é 50 para a SEMAD e desses 50 menos de 20 para o IGAM.* **Fernanda** conclui dizendo que a cobrança pelo uso da água foi trinta milhões e esse recurso, entrou pelo caixa do Estado e ele é 100% repassado para as agências de bacia. ***Patrícia*** *– Mais uma ressalva, que talvez se repita para os outros anos, que também a gente tem de prestar atenção. Oito milhões dos quatorzes milhões, ou seja, mais da metade, advém do setor privado que paga pela outorga. Isso não é orçamento do Estado para o IGAM. É pagamento pelo serviço do setor privado, que paga pelo serviço. E outra, a cobrança pelo uso da água, que também é do setor privado representa trinta milhões que é o dobro de todo dinheiro que o IGAM recebe. Então quer dizer, é só para deixar registrado assim, porque nós temos que aqui como Conselheiros batalhar para esse orçamento do IGAM aumentar.* Na apresentação dos recursos recebidos em 2015, **Fernanda** mostra que houve um aumento na arrecadação de 65%. Informa também sobre uma nova receita advinda do Programa Pró Gestão, que é um programa de financiamento aos projetos pela ANA aos Estados. O Igam por ter cumprido as metas do programa recebeu uma parcela no valor de setecentos e cinquenta mil. Mostra no gráfico que orçamento aumentou. Nesse ano foi de quinze milhões e duzentos mil, e o recurso da cobrança arrecadado foi trinta e dois milhões e cem. Nas demais receitas do Igam, constata-se uma evolução total de 16% em relação a 2014 e 2015. Já na cobrança pelo uso da água, há uma evolução em função de aumento de usuários e de aumento da cobrança em novas bacias. Vinte e nove milhões, trinta milhões e trinta e dois milhões fazendo um aumento de 6,7%, respectivamente em 2013,2014 e 2015. Foi apresentada a despesa ao longo dos anos de 2013 a 2015. Todo recurso executado, incluídos programas e convênios. Depois de apresentadas às despesas empenhadas e executadas totalizam-se quatorze milhões gastos pelo IGAM em 2014, distribuídos por itens, e o repasse da cobrança, vinte e um milhões. **Patrícia Bóson***- O gráfico tem de ser visto assim, quer dizer, não é que o IGAM está gastando só com pessoal. É que a receita só dá pra isso. Então, qualquer outra coisa ali, é um esforço sobre humano da parte técnica que está lá. Como se diz, feito o que o Carlos Alberto fez boas críticas, mas com um orçamento desses, impossível. Nós temos que nos mobilizar e trabalhar é pela questão orçamentária. Acompanhar lá na Assembleia Legislativa a votação, na época do Itamar Franco, orçamento da SEMAD era de 2% da arrecadação do Estado. O que era muito pouco, hoje é meio. Ou seja, nas gestões passadas todas, inclusive com lideranças ambientalistas à frente, o orçamento foi caindo assustadoramente. Esse novo Governo herdou um orçamento de meio. Diminuir é fácil para Secretaria da Fazenda, mais meio, mais um. Tem de ser por pressão popular, lá na Assembleia Legislativa. Então a gente tem de aprender também a se mobilizar pela coisa certa.* **Fernanda** informa que o planejamento é feito através de estimativa da receita e fixação da despesa. Acha importante os esforços para se aumentar a receita. Quanto às despesas de 2015, Fernanda informa que permanece a mesma característica, ou seja, em 2014 o Igam entre receitas de esforço próprio e transferência financeira totalizou quatorze milhões, de despesa quatorze e quatrocentos, teve despesas de quatorze e seiscentos. Então aí fechou com um déficit de cento e setenta e oito mil. Em 2015 houve uma pequena recuperação que gerou um superávit de duzentos e quatro mil. **Fernanda** faz a apresentação do orçamento para 2016. Foram citadas as ações e os produtos a serem executados. Ao se referir a Projetos e Programas para a Gestão dos Recursos Hídricos – Regularização de Usuários, Breno explicou que existe uma descrição de compreensão por parte da SEPLAG em alguns produtos, alguns projetos desses que não necessariamente refletem o objetivo macro daquele projeto ou daquela atividade. Citou como exemplo que quando se pega a ação 4591 que é de gestão participativa, apoio ao Conselho, colegiado de modo geral, que eles descreveram como comitê de bacia apoiado. Só que o comitê é um ente só que vai receber apoio. Ainda deve-se apoiar o Conselho Estadual, as agencias de bacia e várias outras. Ocorre que essa descrição que vem no produto, ela não necessariamente reflete todo o escopo da atividade que vai ser desenvolvida. Então nos formulários de caracterização desses projetos, dessas atividades, se consegue dar um detalhamento maior, deixando claro o que se espera de cada uma dessas ações*.* ***Patrícia Boson*** *– Não tem jeito de pedir a SEPLAG para mudar? Por que isso é ruim para o Igam. Um relatório desses que vai lá pra fora alguém maldosamente fala que o Igam define como pesquisa, projeto e programa regular o usuário que é uma função precípua como órgão regulador? Diz que a vazão não representa nem de longe pesquisa, projeto e programa de gestão. Se é assim que vai para a Assembleia Legislativa fica até difícil brigar para aumento de orçamento. Diante de tanta necessidade de estudo e necessidade de pesquisa e sendo regulação um ato precípuo da existência do próprio órgão.* **Natalia** propõe que na proposta orçamentária de 2017, que se elabora em julho e agosto e é encaminhado para a assembleia em setembro, que faça a revisão desses produtos. O Secretário alega que fica a sugestão para que o próximo seja feito dessa maneira. **Fernanda** informa também que o orçamento foi aprovado em janeiro e 30 dias depois foi aprovado o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, o Decreto 46.949/2016. Esse Decreto limita a execução dos órgãos. No orçamento que foi planejado em dez milhões e novecentos, o Igam foi limitado a gastar três milhões e seiscentos. E no recurso da cobrança que sabe-se que é um recurso que deve entrar e sair do Igam, que é só intermediador desse recurso, ele foi limitado a 22 milhões. Esse decreto tem um dispositivo que fala que havendo a necessidade justificada de uma execução maior do limite estipulado, pleitos devem ser feitos à câmara de orçamento e finanças. Esses pleitos serão realizados ao longo do ano à medida que a execução vai acontecendo. Colocada a matéria em votação **Patrícia Bóson** diz: *“Eu aprovo com ressalvas”. Ressalvas relativas a nomenclaturas e relativo ao valor que é muito aquém das necessidades do Estado, e mais do que da necessidade do Estado, e aí está uma coisa preocupante, da responsabilidade do Estado que fornece água para todos os Estados vizinhos. que nossas necessidades nós temos uma responsabilidade nacional muito importante. Inclusive como mote, Secretário, até pra buscar recurso nacional suplementar. Deixando inclusive pra isso uma referencia que é 0,75% da compensação financeira pelos usos de recursos hídricos pagos pelas hidrelétricas representa cobrança pelo uso da água. De acordo com a Lei 13.199, a cobrança pelo uso da água no Estado de Minas Gerais tem que vir pra bacia aonde ele foi arrecadado. A Lei 9.433 diz que prioritariamente, e lá eles definiram como prioritário como último lugar. Eu recomendo uma consulta a AGE sobre esse recurso que é apropriado pela agencia nacional de águas, a ser distribuído por todo Brasil, e que, no entanto, é arrecadado pelo Araguari, com três barragens, ou quatro, Nova Ponte, Capim Branco I, Capim Branco vocês recebem de quatro barragens. O São Francisco não, os outros, vários recebem em território mineiro, e mais do que território mineiro, águas mineiras, rios estaduais e que é importante esse dinheiro. Não digo nem que isso reflita no retorno 100%. Mas isso pode refletir numa negociação mais equânime, mais justa para com o Estado de Minas Gerais em relação a esse recurso, podendo aí aumentar o orçamento do IGAM para as ações em prol da gestão de recursos hídricos. Eu aprovo, mas com essas ressalvas.* O Presidente declara aprovado com ressalvas da Conselheira Patrícia Bóson. 5) **REALIZAÇÕES DO IGAM NO EXERCÍCIO DE 2015.** A Diretora–Geral, **Maria de Fátima Chagas** fez um alerta ao Conselho sobre a questão dos recursos humanos do IGAM. Segundo informações do RH, o órgão tem cento e oitenta e dois funcionários no total, já incluindo o novo concurso que trouxe alguns hidrometristas para suprir o quadro. E desses cento e oitenta e três servidores, cento e dois estão atuando efetivamente no IGAM. Os outros estão em outras entidades, em outros órgãos. Incluindo os servidores que ficam no interior. Dos cento e três servidores dezessete são de ensino fundamental e médio, ou seja, a turma que faz medições de vazão. Tem oitenta e seis profissionais de ensino superior que estão nas regionais e no IGAM em Belo Horizonte. Destes, oitenta e seis tem quinze administradores, doze advogados, doze geógrafos, nove engenheiros, (agregando todas as engenharias), três hidrogeólogos, dois meteorologistas. Alega que o órgão carece de profissionais da área social, porque quem lida com comitês de bacia, tem que entender o conceito da gestão participativa. Na questão da informação, tem uma analista com cargo comissionado. Respondendo a Patrícia Bóson, informa que o IGAM não tem área meio. O IGAM trabalha com duas Diretorias técnicas: de Apoio aos Comitês de Bacia, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento e Monitoramento das Águas, os Núcleos Regionais, a Auditoria Seccional, a Procuradoria, e também a Coordenadoria da Secretaria Executiva do FHIDRO. O Igam tem a linha de fortalecimento dos comitês de bacia. No ano passado apoiou financeiramente os Comitês de Bacia com seiscentos e dez mil reais, sendo que quinhentos mil para estruturação e cem mil na secretaria dos próprios comitês. Diante de problemas nas prestações de contas, por orientação da SEMAD, do Procurador e do Secretário, foi indicado a suspensão desse tipo de convênio. Nos comitês onde não tem cobrança, essa questão de estruturação dos comitês, está sendo feita via Igam. Deverão ser feitas cinco ou seis implantações, onde inclui secretaria, espaço físico, além de cuidar das viagens de todos os comitês de bacia. Informa que alguns comitês preferiram devolver o recurso no âmbito desse convênio. Apresentou dados sobre a participação do IGAM em Comitês, Câmaras e Conselhos, assim como um breve quantitativo de participações nessas reuniões. Tem assento no Conselho Nacional, no Conselho Estadual e apóia tecnicamente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nas normas, nas deliberações e coordena alguns grupos de trabalho, participa das plenárias de comitês. Em 2015 participou de três reuniões do Conselho Nacional, duzentas e dezesseis plenárias de comitês estaduais, trinta reuniões de comitês federais, quarenta câmaras técnicas federais e trinta e seis estaduais. Em termo de Planos de Recursos Hídricos Fátima Chagas informa que encontram-se adiantados estudos e recursos para elaboração dos Planos das bacias do Rio Paraopeba, Mucuri, São Mateus, Bacias do Leste, Alto São Francisco. ***Patrícia Boson*** *esclarece que o atraso do plano da bacia do Paraopeba é por culpa do comitê em mais de seu 80%. Então não podemos, porque o Carlos Alberto falou aqui, então é preciso de corrigir. Não foi o Igam passado, nem é esse Igam que tem culpa no atraso do Plano do Paraopeba. O atraso do Plano do Paraopeba se deve quase que exclusivamente ao comitê de bacia do Paraopeba. E aqui me abstenho de nominar.* **Fátima Chagas** diz que PN1, PN3, GD8 e GD7 estão em fase de elaboração. Outros estão em fase de aprovação nos comitês de bacia, conforme preconiza a política Estadual de Recursos Hídricos. Falou sobre o monitoramento de qualidade das águas. São quinhentos e noventa e cinco pontos de monitoramento, dos quais, quinhentos e quarenta e três da rede básica, quarenta e quatro pontos da rede dirigida e cento e quarenta e seis pontos de água subterrânea. Há uma contratação do SESI/CETEC para realização dos trabalhos de campo, de coleta, e exames laboratoriais. É um laboratório que tem todas as referencias nacionais e internacionais. A coleta que é feita mensalmente. Um caso específico, é que esse ano em função do desastre da Samarco, medições foram diárias para controle de qualidade da água, em doze pontos da bacia do rio doce; no sentido de acompanhar a questão dos rejeitos, como é que estava a qualidade de água, que iniciou logo no primeiro dia com uma turbidez de seiscentos e oitenta mil unidades. Agora já passou a fazer quinzenal, porque há um cenário tendencial de vários dos parâmetros que já estão dentro do limite da regularidade, da classe dois da DN do COPAN e da própria DN do CERH e da 357, da Resolução CONAMA. Esse monitoramento é feito para o Rio das Velhas e para o Rio Doce. Emite-se para o Comitê do Rio das Velhas relatórios mensais específicos sobre a questão de ciano/bactérias . No resultado da qualidade de água do Estado, pode-se ver que continua a questão de predomínio da qualidade média. média qualidade da água em termos de IQA. São mais de sessenta parâmetros monitorados. No que diz respeito ao IQA, os piores cenários de qualidade da água, estão exatamente na Bacia do Velhas, no Pará e no Paraopeba. É analisada também a questão de contaminação por tóxico, mais uma série de parâmetros de metais, e onde esses parâmetros são analisados, a percebe-se que a contaminação por tóxico evoluiu. O Igam também monitora, os radares meteorológico, onde funciona um Sistema de Hidrometeorologia do Estado de Minas Gerais, o SIMGE. Atua com apenas dois meteorologistas, mas que são altamente qualificados. Esse trabalho serve também de apoio à Defesa Civil na definição de áreas de sua atuação. O radar de Mateus Leme é de propriedade da CEMIG. O Igam opera e passa as informações para a CEMIG. As equipes de hidrometristas fazem a manutenção das máquinas, dos equipamentos etc. O radar do São Francisco em Almenara é do CEMADEN, que é o Centro de Estudos de Desastres Naturais, do Governo Federal, e está em discussão pelo CEMADEN o radar do Triangulo, por controle orçamentário, eles ainda não investiram. ***Patrícia*** *– E isso é da maior importância, porque todos os estudos que a gente lê sobre mudanças climáticas, os reflexos da variabilidade principalmente das chuvas, que serão sempre mais intensas, com curta duração e muito volume, refletem o impacto sobre as cidades de uma maneira absurda. Inclusive já modificando o transporte, questões de segurança, então quer dizer, é um serviço que o IGAM presta à sociedade como um todo, na medida em que ela pode evoluir isso em convenio com a Defesa Civil, etc., isso é da maior importância. Fora a questão também da segurança de barragens, tem muito a ver também com esses movimentos climáticos variáveis. Hoje a séries histórias dos últimos anos, modificaram muito em termos de comportamento estatísticos.* **Fernanda** sugere trazer para as próximas reuniões do Conselho, informações sobre a execução dos recursos do FHIDRO, que totalizam quase vinte milhões para operação do radar, monitoramento da qualidade da água, que é o contrato com o SENAI e alguns contratos de Plano Diretor. São 5 milhões de operação do radar, 10 milhões para o monitoramento, em torno de dois milhões de Plano Diretor. Fátima, diz que se preocupa em termos de orçamento, porque esses recursos tanto da rede de monitoramento e do radar são do FHIDRO. E isso é um serviço que o IGAM sempre deverá prestar, e o FHIDRO tem prazo, mesmo que se postergue, isso tem que estar no orçamento do IGAM. ***Patrícia*** *– Diz que existe muito recurso internacional e que o Igam tem de ficar alerto para oportunidade de melhorar o serviço, de atender o serviço, nessa linha de adaptação de estação climática urbana, nas cidades, via esses fundos, que estão, dizem que estão disponíveis e que falta bons projetos.* **Fátima** falou também sobre a Deliberação Normativa nº49 do CERH/MG, que versa sobre declaração de escassez hídrica. Através do monitoramento, o Igam acompanha a vazão onde ocorrem os estados de alerta normal, atenção e por último estado de restrição. O Igam ao declarar restrição de uso, faz um esforço de publicar as portarias, restringindo os limites da outorga anteriormente aprovada para os usuários, e ainda notificar da publicidade. É um trabalho que tem de ser feito e o compromisso é de publicação semanal, disponível no site do Igam **Fátima Chagas** fala também da necessidade de universalizar as plataformas automáticas de dados. Que em Minas Gerais a cobertura de rede hidrométrica boa, mas automatizado em tempo real são poucas. No ano passado foram instaladas algumas, nos rios Velhas e Paraopeba para acompanhar a crise hídrica na região metropolitana e outras no norte de Minas. Essas estações foram cedidas pela ANA, através de acordo de cooperação. Diz que pra 2016, essa questão ficou colocada como ação prioritária de Governo, pois monitoramento da qualidade e da quantidade da água, com medições em tempo real, exige um trabalho de medir o nível do rio, transformar o nível em vazão e fazer estatísticas e para isso é necessário um técnico gabaritado para tal, o hidrólogo. Falta esse profissional na equipe do Igam. Dificuldades também com o Sistema de Informações. Esse ano, com muito esforço, o cadastro de usuários de água do Estado foi adequado ao CNARH nº40, que é o sistema da ANA. Falou da importância dessa conexão já que a ANA é responsável pelo Sistema Nacional de Informações , o Igam pelo Sistema Estadual, e os comitês pelo sistema no contexto da bacia. Em Pesquisa e Desenvolvimento o Igam atua no apoio às SUPRAM quando requisitado na análise de outorgas, e participa das discussões de gestão compartilhada no Paraíba do Sul e São Francisco. O FHIDRO executou em 2015 mais de 80%. Há várias críticas ao FHIDRO na firmatura dos convênios, e ao identificar essas lacunas, o Igam está fazendo uma revisão da legislação, onde já solicitou as sugestões dos comitês no sentido de realizar um Workshop interno com o objetivo de apresentar uma proposta de alteração do Decreto do FHIDRO. **Fátima Chagas** diz que a Lei 21.972, traz um Igam mais moderno, que essa Lei foi sancionada em janeiro, e alguns decretos ainda estão em transição, dentre eles o que trata da estruturação do Igam. **Fátima** fala também do Programa Cultivando Água Boa. Ele foi definido como um programa de governo, e a SEPLAG coordenava o programa até outubro de 2015. Através da SEPLAG e do Secretário Sávio Souza Cruz foi passado a coordenação desse programa para o Igam. É um programa municipalizado, onde o Igam terá que fazer uma engenharia institucional de remodelar o programa, adequar essa lógica da municipalização para a lógica dos comitês de bacia e construi-lo de forma a pegar financiamento porque existe alguns recursos no PPAG, mas é muito pouco. O Igam já começou a delinear o termo de referencia e a concepção do programa nessa lógica pra fazer um Workshop. O fórum dos comitês tem assento e algumas Secretárias e órgãos de Estado também. Foi dado destaque ao Plano de Segurança Hídrica sobre o qual está sendo feito um diagnostico. O Igam está definindo as estratégias de segurança hídrica para o Estado com a consultoria do professor Carlos Eduardo Morelli Tucci consultor de renome internacional, que deverá finalizar até julho onde constarão as estratégias de segurança hídrica permitindo assim executar efetivamente o Plano Estadual de Segurança Hídrica. **Maria de Fátima** retoma sobre a Lei 21.972, no seu artigo 12 que dispõe sobre o Igam e os ganhos que o decreto sobre o mesmo traz. Um deles foi a retorno da outorga para o Igam. Entende-se que só tem sentido a outorga quando você tem plano, cobrança, enquadramento, plano estadual, plano de bacia. Á lógica dos instrumentos de gestão de recursos hídricos previstos em lei, são sinérgicos. Não teria sentido, eles serem tratados em casas diferentes. Há um projeto tramitando na Assembléia propondo a criação das Diretorias de Administração e Finanças, Operações de Eventos Críticos, Planejamento e Regulação e Apoio aos Comitês, onde a proposta do Igam baseia-se na lógica institucional e instrumentos. A Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos deixaria de ser a diretoria só de apoio aos comitês, mas sim no sistema, conselheiro, comitês, conselho estadual, agencias e as articulações. A Diretoria de Planejamento e Regulação vai cuidar dos instrumentos técnicos, outorga cobrança, planos. O instrumento que ficaria com a Diretoria de Operações de Eventos Críticos, é o sistema Estadual de Informações. Porque ele é transversal, é onde estão os dados, é onde estão os hidrometristas, o monitoramento, a previsão de tempo e clima. Estão sendo discutidos os detalhamentos para esse decreto de competência, que é a regulamentação da lei, com essa lógica. Diz que precisa agora de pessoal, de infraestrutura e orçamento. E também uma agilidade do que se pode fazer dentro da legalidade da questão de pessoal. **ASSUNTOS GERAIS** - **Alice Godinho**, diz que a despeito de sua idade, se recusa terminantemente a perder a esperança. Agradece por estar nesse Conselho e espera de alguma maneira contribuir de uma forma efetiva para a melhoria das questões ambientais. Tem duas intenções nesse Conselho: primeiro conseguir mudar a enorme burocracia que existe no Brasil e aqui em Minas Gerais. Acredita tratar-se de uma herança portuguesa. Trabalha com o Igam há seguramente uns dezessete anos, e já observou com certeza alguns avanços, mas também muitos retrocessos. Diz que isso às vezes desanima. Sua outra intenção é a necessidade de trabalhar para o fortalecimento do IGAM. Lembra que os funcionários do IGAM, sem recursos, sem área meio, sem uma legislação adequada, a despeito de tudo isso, também não a deixaram perder a esperança. Agradece a oportunidade de estar aqui, solicita a todos que trabalhem por esse ideal; ou seja, acabar com o excesso de burocracia e de fortalecer o Igam. **Patrícia** *dá os parabéns, acredita que milagre existe. Diz que fazer tanto com tão pouco é um esforço só de quem realmente acredita na causa e acredita no sistema. Diz que também não desistiu.* **Natália** – Alega que a responsabilidade de representar os colegas do Órgão neste colegiado é muito grande. Diz da necessidade de seguir as regras e que a política de meio ambiente e a política pública de modo geral influencia o trabalho, não tem como fugir ás normas estabelecidas. Agradece a oportunidade. Não havendo outros assuntos a ser tratado o Secretário declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

**Nalton Sebastião Moreira da Cruz**

Secretário de Estado Adjunto, no exercício do Cargo de Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Conselho de Administração do Igam

**Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**

Diretora Geral do Igam

**José Guilherme Ramos**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

**Fernanda Roveda Lacerda Costa**

Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças da Semad

**Breno Esteves Lasmar**

Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Igam

**Marley Caetano de Mendonça**

Diretor de Planejamento e Regulação do Igam

**Natália Milagre Razan**

Assessora de Planejamento da Semad

**Patrícia Helena Gambogi Boson**

Representante de notório saber indicado pelo Governador

**Maria Regina Cintra Ramos**

Representante dos Servidores do Igam - Titular

**Michael Jacks de Assunção**

Representante dos Servidores do Igam - Suplente

**Alice Lorentz de Faria Godinho**

Representante das Entidades Civis Ambientais - Titular

**José Castro Procópio**

Representante das Entidades Civis Ambientais – suplente

**Paulo Emilio Guimarães Filho**

Representante dos Usuários de Recursos Hídricos – titular

**Carlos Alberto Santos Oliveira**

Representante dos Usuários de Recursos Hídricos - Suplente

**Wilson Akira Shimizu**

Representante das Entidades Técnico-Científicas – titular

**Carlos Alberto de Freitas**

Representante das Entidades Técnico-Científicas – Suplente

**Célia Maria Brandão Fróes e Regina Greco**

Convidada

**Regina Greco**

Convidada